

JOSIANE DE PAULA NUNES
MAYARA EDUARDA VIEIRA LEITE

O ANTICOMUNISMO NO JORNAL CATÓLICO “VOZ DIOCESANA”

no sul de Minas Gerais (1959-1964)

Atena
Editora
Ano 2023

JOSIANE DE PAULA NUNES
MAYARA EDUARDA VIEIRA LEITE

O ANTICOMUNISMO NO JORNAL CATÓLICO “VOZ DIOCESANA”

no sul de Minas Gerais (1959-1964)

Atena
Editora
Ano 2023

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Nataly Evilin Gayde

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2023 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2023 Os autores

Copyright da edição © 2023 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo do texto e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva das autoras, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos as autoras, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Prof^ª Dr^ª Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Prof^ª Dr^ª Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Jodeyson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Prof^ª Dr^ª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Prof^ª Dr^ª Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau
 Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
 Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof^ª Dr^ª Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campina
 sProf^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
 Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
 Prof^ª Dr^ª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
 Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
 Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia / Universidade de Coimbra
 Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

O anticomunismo no jornal católico "Voz Diocesana" no sul de Minas Gerais (1959-1964)

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Flávia Roberta Barão
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: As autoras
Autoras: Josiane de Paula Nunes
Mayara Eduarda Vieira Leite

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

N972 Nunes, Josiane de Paula
O anticomunismo no jornal católico "Voz Diocesana" no sul
de Minas Gerais (1959-1964) / Josiane de Paula
Nunes, Mayara Eduarda Vieira Leite. – Ponta Grossa -
PR: Atena, 2023.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-1307-3

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.073231105>

1. Movimentos anticomunistas - Minas Gerais -
História. I. Nunes, Josiane de Paula. II. Leite, Mayara
Eduarda Vieira. III. Título.

CDD 320.98151

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DAS AUTORAS

As autoras desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao conteúdo publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que o texto publicado está completamente isento de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

Esta obra é resultado de uma pesquisa realizada para a conclusão do curso de licenciatura em História na Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Campanha. Mesmo diante das limitações de um trabalho nesse formato, devido às questões cronológicas inerentes à graduação, a relevância do tema e o descortinar das inúmeras possibilidades de inteligibilidade sobre um momento importante da história recente do Brasil, nos levou até essa publicação.

Partindo do embasamento teórico e metodológico de historiadores especialistas no tema, o livro traz consigo um importante papel na ampliação da divulgação dos estudos sobre o anticomunismo no interior do Brasil, com ênfase na análise de fontes documentais inéditas para a pesquisa do tema.

Com especial atenção aos momentos que antecedem o golpe militar de 1964, buscamos analisar como o periódico católico Voz Diocesana mobilizava e instrumentalizava questões latentes no período entre 1959, ano da Revolução Cubana, até 1964.

O estudo da imprensa como fonte e objeto nos orientou durante todo o trabalho. A cada matéria analisada, bem como a cada assinatura de colunas e editoriais, ampliávamos nosso entendimento sobre as profundas raízes do anticomunismo no Sul de Minas. A História do Tempo Presente, das representações e as metodologias do uso da imprensa se somaram, resultando em um arcabouço complexo para o desenvolvimento da pesquisa, sem, no entanto, pretensões de esgotar suas possibilidades de análise.

O leitor encontrará três capítulos. No primeiro, trabalhamos com a historiografia sobre o uso dos jornais, buscando orientar nosso leitor sobre o fio condutor que seguimos para a análise do anticomunismo no Brasil. Além disso, fizemos alguns cotejamentos entre referencial teórico e a fonte analisada, apresentando ao nosso interlocutor as relações entre a historiografia discutida e o problema da pesquisa, a partir do periódico analisado.

No segundo capítulo, a ênfase foi direcionada às características gerais do anticomunismo no jornal católico. Analisando editoriais e colunas ao longo do período proposto na pesquisa, pretendemos apresentar quais eram as questões mais abordadas pelo periódico quando se referia ao comunismo no Brasil e/ou no exterior.

No último capítulo, concentramos nossa análise nos anos em que a produção de informações de teor anticomunista se destacou no jornal. Com números absolutos substancialmente maiores que em anos anteriores, este capítulo apresenta ao leitor um estudo direcionado aos anos de 1962 e 1963.

INTRODUÇÃO	4
CAPÍTULO 1: IMPRENSA E ANTICOMUNISMO NO CONTEXTO ANTERIOR AO GOLPE DE 1964	6
CAPÍTULO 2: O ANTICOMUNISMO NO VOZ DIOCESANA	12
CAPÍTULO 3: A ONDA ANTICOMUNISTA NO VOZ DIOCESANA	20
Voz Diocesana e o auge do anticomunismo em 1963.....	23
CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
REFERÊNCIAS	30
SOBRE OS AUTORES	32

INTRODUÇÃO

A imprensa tem grande importância dentro do campo da história, sendo inúmeras as possibilidades de pesquisa nessa área. Nas fontes dos meios de comunicação é possível notar as ideias que permeiam e circulam na sociedade em determinada região e época, assim como visões de mundo, projetos políticos, interesses particulares dos sujeitos, questões do cotidiano, entre outros pontos. Com isso, sendo os jornais produções importantes para as representações políticas presentes no interior do Brasil, entendemos que esta pesquisa pode abrir um campo de debate e reflexão importantes para a história do anticomunismo e suas relações com a opinião pública e a imprensa no interior de Minas Gerais.

Desta forma, a presente obra busca compreender o anticomunismo através do periódico *Voz Diocesana*, jornal ligado à diocese e que circulava por 49 cidades e 71 paróquias, produzido na cidade de Campanha, Minas Gerais. O anticomunismo, como coloca Rodrigo Patto Sá Motta, tem sua base no combate ao comunismo por meio de ações ou palavras, tendo diversas formas de atuação e críticas (2000).

No Brasil, nas grandes metrópoles ou no interior, a grande imprensa teve papel importante na propagação de ideias anticomunistas nos anos anteriores ao golpe civil-militar de 1964. Nesse sentido, Motta aponta que “Os grupos sociais atemorizados pela “ameaça” ou “perigo” comunista, (...), trataram de organizar-se e articular uma contraofensiva visando combater o projeto revolucionário” (MOTTA, 2000, p.5).

Nessa direção, os jornais da grande imprensa e setores conservadores da sociedade se manifestaram contra uma suposta ameaça comunista, apoiando o golpe. Assim, o “anticomunismo tornou-se uma força decisiva nas lutas políticas do mundo contemporâneo, alimentado e estimulado pela dinâmica do inimigo que era sua razão de ser, o comunismo” (MOTTA, 2000, p.5-6).

Portanto, buscamos compreender se houve o mesmo movimento no jornal do Sul de Minas Gerais, bem como se o periódico atuou para a difusão do anticomunismo no interior do Brasil, a relação do anticomunismo no jornal católico *Voz Diocesana* e o apoio ao golpe civil-militar de 1964.

As análises estiveram focadas nos editoriais, disponíveis no arquivo Monsenhor Lefort, na cidade de Campanha. O estudo se concentrou entre o período de 1959, ano da Revolução Cubana, até abril de 1964, data do golpe civil-militar, com o objetivo geral de compreender quais as características do anticomunismo no periódico.

Na mesma direção analítica de Motta, na qual coloca que “o anticomunismo teve papel marcante na história política brasileira das últimas décadas” (MOTTA, 2000, p.6-7), entendemos que descortinar uma parte dessa história possa contribuir para a compreensão da complexidade, das raízes, bem como das características multifacetadas no anticomunismo no Brasil. Com isso, a relevância do trabalho se dá pela importância

que o anticomunismo tem no processo histórico do país, especialmente pelo estudo estar concentrado em uma região do interior, contribuindo para a inteligibilidade da atuação de distintas Instituições sobre o tema, nesse caso, a Igreja Católica.

CAPÍTULO 1: IMPRENSA E ANTICOMUNISMO NO CONTEXTO ANTERIOR AO GOLPE DE 1964

No início do século XX a imprensa não era vista como fonte válida para pesquisa, assim como a História do Tempo Presente era entendida como incapaz de compreender as metodologias necessárias para a produção historiográfica. A História Política, visualizada em sua vertente metódica, recebia também duras críticas, já que privilegiava o nacional, concentrando-se em uma descrição linear que não fazia ligações com outros estudos e questionamentos necessários para compreensão do contexto. Segundo Marieta Moraes de Ferreira, “A história política reunia, portanto, um número infindável de defeitos – era elitista, anedótica, individualista, factual, subjetiva, *psicologizantes* – que uma nova geração de historiadores desejava liquidar.” (MORAES, 1996, p.266).

A escola dos Annales, a partir de 1929, começou a questionar alguns campos da história e “dar impulso a um profundo movimento de transformação no campo da história” (FERREIRA, 2000, p.5). O social e o econômico teriam, a partir de então, lugar privilegiado.

Essa nova história sustentava que as estruturas duráveis são mais reais e determinantes do que acidentes de conjuntura. Seus pressupostos eram que os fenômenos inscritos em uma longa duração são mais significativos do que os movimentos de fraca amplitude, e que comportamentos coletivos têm mais importância sobre o curso da história do que iniciativas individuais (FERREIRA, 2000, p.5).

As intenções dos indivíduos não eram importantes nesse momento, uma vez que essa “nova história” preocupava-se com as estruturas que comandavam o econômico e o social. Nesse período, a imprensa ainda não era visualizada como fonte e objeto para os estudos históricos, permanecendo assim, até o final do século XX.

O debate acerca da história contemporânea, apontado por alguns historiadores como importante e urgente, ainda era visto com cautela. “A impossibilidade de recuo no tempo, aliada à dificuldade de apreciar a importância e dimensão em longo prazo dos fenômenos, bem como o risco de cair no puro relato jornalístico” (FERREIRA, 1992, p. 6), foram colocados como empecilhos para o uso das fontes periódicas e suas contribuições para a história do século XX.

Contudo, no final do mesmo século, essa perspectiva começa a ser alterada. Tânia de Luca coloca que nos anos 1970 já havia trabalhos que se utilizavam da imprensa, como jornais e revistas, para a pesquisa historiográfica, mesmo que em pequena quantidade. Como destaca a autora: “Reconhecia-se, portanto, a importância de tais impressos e não era nova a preocupação de se escrever a história da imprensa, mas relutava-se a mobilizá-los para a escrita da história por meio da imprensa.” (LUCA, 2005, p.111)

Na década de 1980, contudo, houve muitas transformações nos diferentes campos da história. Revalorizou-se a importância das experiências individuais, das análises

quantitativas e:

deslocou-se o interesse das estruturas para as redes, dos sistemas de posições para as situações vividas, das normas coletivas para as situações singulares. Paralelamente, ganhou novo impulso a história cultural, ocorreu o renascimento do estudo do político e incorporou-se o estudo contemporâneo (FERREIRA, 2000, p.7).

Nesse período, vários campos da pesquisa são ampliados, a História do Tempo Presente ganha credibilidade em torno de muitos debates. O campo político ampliou significativamente, ganhando novas dimensões e novos objetos de estudo. É o momento em que processos eleitorais, partidos políticos, opinião pública, mídias, grupos de pressão e relações internacionais, tornam-se objetos de pesquisa e expandem os estudos mostrando as possibilidades que esse campo abrange. Cabe destacar que o momento era oportuno, afinal, vivia-se a Guerra Fria, as guerras de independência, as disputas ideológicas entre socialismo e capitalismo, além, é claro, das ditaduras militares na América do Sul no século XX.

O estudo da imprensa, como fonte e objeto, possibilita a ampliação da compreensão sobre os sujeitos e sua cultura, mais especificamente, no campo do político. As representações são dimensionadas como uma forma possível de compreensão da sociedade e de seus processos e eventos históricos. A imprensa passa a ser vista como um ator político na conjuntura em que está inserida, um campo de representações, de discursos e de disputas. Não se pode perder de vista que é um espaço em que ocorre a difusão dos seus interesses, seja ele financeiro, seja ele político, para expor suas ideias. Sendo assim, a imprensa possui o papel de formadora de opiniões.

Neste contexto, dar importância ao jornal como fonte e objeto se faz necessário para compreendermos as possibilidades contidas nos periódicos, visto que é possível identificar nesse meio de comunicação projetos políticos, visões de mundo, ideias que permeiam e confrontam o cotidiano daquela sociedade e daquela época. O jornal não é apenas um mero veículo de informação, isolado do contexto político-social. Segundo Maria Helena Capelato, “além de veículo de informação, tiveram, e alguns continuam tendo, papel relevante como formadores de opinião além de se caracterizarem como instrumentos de manipulação de interesses e intervenção na vida política” (CAPELATO, 2014, p.303).

A reflexão sobre a imprensa e a História do Tempo Presente acarreta em observar as tensões do seu próprio tempo, o que facilita a compreensão das particularidades do período, contudo, faz-se necessário o cuidado com a aproximação do objeto estudado, sendo a linha entre passado e presente muito tênue. O olhar sobre o objeto não pode ser passivo. Há necessidade de indagar aos jornais e perceber quais os interesses de quem os escreve (CAPELATO, 1988).

Nessa perspectiva, o período da ditadura militar no Brasil contou com vários meios de comunicação diferentes, como rádios, televisões, jornais, revistas. Estes veículos,

além de serem muito variados, também se organizaram de diversas maneiras. As redes de relações que essas mídias tiveram podem nos indicar como se posicionaram frente ao golpe, ou até nos anos anteriores a ele, e como se relacionaram nos anos que seguiram a ditadura. Maria Helena Capelato aponta que “A posição dos jornais da grande imprensa em face do regime civil-militar, em suas várias fases, não era homogênea e registrou alterações ao longo do período” (CAPELATO, 2014, p.304). Assim foi no contexto anterior ao golpe em 1964, quando a maioria dos jornais da grande imprensa apoiaram a intervenção militar (AQUINO, 1999).

Os jornais, portanto, são possibilidades de compreensão acerca da inserção dos grupos na história, seus posicionamentos, representações sociais, entre outros aspectos. Se a grande imprensa apoiou o golpe de 1964, a mesma não estava isolada de grupos sociais e representava interesses de setores estratégicos. Assim como os periódicos de esquerda foram censurados e empastelados¹ logo após o golpe, os que apoiaram o golpe não foram poupados, principalmente quando começaram a destoar seus discursos das orientações militares. Tânia de Luca aponta:

O papel desempenhado por jornais e revistas em regimes autoritários, como Estado Novo e ditadura militar, seja na condição de difusor de propaganda política favorável ao regime ou espaço que abrigou formas sutis de contestação, resistência e mesmo projetos alternativos, tem encontrado eco nas preocupações contemporâneas, inspiradas na renovação da abordagem do político (LUCA, 2005, p.129).

Os periódicos de grande circulação, maioria vinculados aos grandes grupos empresariais, além de apoiarem o golpe, traziam posições anticomunistas em suas matérias e editoriais. Na grande imprensa, ou seja, nos jornais de grande tiragem, temos várias facetas e abordagens do anticomunismo, mas na década de sessenta tem seu período mais intenso no contexto anterior ao golpe civil-militar no Brasil, a partir de 1961, quando o presidente Jânio Quadros emplacou uma política externa que tendia a sair da zona de países não alinhados com os Estados Unidos. Desta forma, a luta contra o comunismo foi empregada a fim de evitar a aproximação do Brasil com a União Soviética (MOTTA, 2000).

Jânio Quadros, além de estreitar relações com países como a China, condecora Che Guevara com a Ordem Nacional Cruzeiro do Sul, atitudes que setores conservadores desaprovaram. A grande imprensa, nesse momento, se articula a partir da conjuntura nacional, e esse discurso se fortalece nos jornais de grande tiragem à época, quando João Goulart assume a presidência no mesmo ano, após a renúncia de Jânio Quadros.

Até o momento do golpe, Daniel Aarão Reis (2014) coloca que o Brasil construía um projeto nacional-estatista e, mesmo que muitos tivessem ganhado dinheiro nesse meio tempo, havia o medo das ações populares, cada vez mais presentes. Nesse sentido, Jorge Ferreira aponta que se instaurou um grande debate na sociedade e as pautas principais estavam em torno das Reformas (FERREIRA, 2003). “Nas cidades e nos campos, nas greves

¹ Depredar, fechar ou destruir as instalações de um jornal, revista etc., por motivos políticos ou pessoais.

urbanas e nas ocupações de terras agitavam-se os movimentos sociais, reivindicando, exigindo, radicalizando.” (REIS, 2014, p.33-34).

As elites políticas e econômicas se incomodavam com as mobilizações. “As crises republicanas, assim, foram momentos limites em que grupos políticos conservadores mais radicalizados não se conformaram com avanços, democraticamente conquistados, dos trabalhistas.” (FERREIRA, 2003, p.338). Avanços estes que se davam na forma de direitos conquistados. As Reformas de Jango também se incluem nesse contexto, já que pretendiam revolver a sociedade, com propostas como a reforma agrária.

Embora o comunismo não fosse parte significativa da política brasileira nesse momento, visto que em grande parte do período republicano o partido estivesse na ilegalidade, a forte polarização mundial também afetou a imprensa nacional. O receio era cada vez maior, o comunismo assombrava a sociedade vigente e, com a Revolução Cubana, uma dúvida pairava: “O Nacional-estadismo levaria, também, à *comunização* do Brasil?” (REIS, 2014, p.38). A indagação era presente nos jornais de grande circulação, como coloca Rodrigo Patto Sá Motta (2000), por vezes trazendo o medo que Cuba significava o comunismo na América Latina. Nos anos anteriores ao golpe, organizam-se várias instituições anticomunistas, assim

algumas das organizações participantes da campanha anticomunista de 1961-64 tinham sido fundadas anteriormente, como a Cruzada Brasileira Anticomunista a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade, a Liga da Defesa Nacional (LDN) e o Movimento Por um Mundo Cristão (MMC), por exemplo (MOTTA, 2000, p.294).

Desta forma, o anticomunismo era composto por várias instituições e meios de ação, sejam jornais, revistas, rádios ou mesmo por vias formais, como projetos de lei. Entretanto, Motta coloca que “embora a expressão seja quase sempre utilizada no singular, talvez fosse mais adequado falar em anticomunismos” (MOTTA, 2000, p.32). Isto porque cada segmento ataca uma face do comunismo de maneira diferente, seja no tocante à religião, no sentido nacionalista, ou mesmo na questão econômica. Com isso,

O Anticomunismo é, antes que um corpo homogêneo, uma frente reunindo grupos políticos e projetos diversos. O único ponto de união é a recusa ao comunismo, em tudo o mais impera a heterogeneidade. Se esta diversidade muitas vezes passa despercebida, isto se deve ao fato de que nos momentos de conflito agudo os diversos tipos de anticomunismo se uniram contra o inimigo em comum (MOTTA, 2000, p.32).

O embate contra o comunismo forma-se a partir de três matrizes, segundo Motta. Sendo o catolicismo, o liberalismo e o nacionalismo. O autor ressalta o cuidado com o último termo, já que foi utilizado tanto por grupos da esquerda como setores da direita, elegendo aos seus próprios modos a visão sobre o Estado nacional. E aponta não ser uma divisão rígida, já que no processo social as práticas podem aparecer de formas combinadas (MOTTA, 2000).

Em sua vertente católica, o comunismo é o inimigo dos dogmas da Igreja, colocado como um sistema ateu, contra a moral e a hierarquia da instituição. “Para as lideranças católicas o comunismo era um inimigo irreconciliável da igreja, um desafio à sobrevivência da religião ao qual só podiam responder com luta” (MOTTA, 2000, p.35). O discurso anticomunista não ficava limitado apenas às missas, era expressado por rádios, televisões, revistas, jornais, nos quais tinham domínio. Era preciso expurgar o mal do bolchevismo, expressão usada pela Igreja ao associar o comunismo com os bolcheviques na Rússia (MOTTA, 2000).

Para os nacionalistas, o discurso internacionalista dos comunistas e sua vinculação ao Estado soviético eram atitudes inaceitáveis. A defesa da nação e da unidade nacional deveria estar acima de quaisquer considerações, fossem elas de natureza social, econômica ou política, e os valores nacionais não poderiam jamais ser suplantados por ordem internacional (MOTTA, 2000, p.51).

O nacionalismo se desenhava com a ameaça de o comunismo tomar e destruir o país, além de se associar à união soviética, “Aos comunistas interessam a expansão e domínios universais (...) A situação no Brasil é resultado de um plano muito bem urdido e melhor realizado” (Voz Diocesana, 10/12/1962, p.2). Era, portanto, imprescindível a defesa nacional. Nesse quesito, o anticomunismo é empregado na exposição de países comunistas, descrevendo as necessidades por que passavam, enfatizando as misérias.

Aí estão os exemplos, que valem mais do que qualquer argumento: Rússia, Polônia, Hungria, Checoslováquia, China, Alemanha Oriental, Cuba, e todos os demais países dominados pelo império soviético. Por toda a parte faltam os gêneros de primeira necessidade. (Voz Diocesana, 10/08/1962, p.1).

O comunismo também era apontado como uma doutrina autoritária pelos liberais e a ameaça sob a propriedade privada estava sempre em pauta, colocando a todo momento o exemplo do processo da Revolução Russa. Enquanto o anticomunismo, com viés liberal, aparecia com mais espaço em outros países, no Brasil a crítica sob a ótica das liberdades não se fez muito presente. Motta coloca que:

O tema liberdade constituiu-se em ponto delicado no interior do anticomunismo, pois boa parte do período em foco do país foi governado por regimes autoritários. Isto explica o fato de ter ficado apagada, em alguns momentos, a crítica aos aspectos autoritários do comunismo (...) Dependendo das circunstâncias políticas, se tornava arriscado assumir posturas liberais ou democráticas mais enfáticas (MOTTA, 2000, p.61).

Assim, as vertentes que se alinhavam no anticomunismo, enfatizavam a ideia da possível perda da propriedade, instalando o medo naqueles que as possuíam. Outros pontos do liberalismo eram inviáveis no contexto do período, uma vez que as mobilizações sociais não agradavam aos setores conservadores.

Com isso, “a partir de 1964, gestou-se um projeto repressivo global, fundamentado na perspectiva da “utopia autoritária”, segundo a qual seria possível eliminar o comunismo,

“a subversão”, a corrupção etc.” (FICO, 2004, p.36). É o momento de ruptura com as liberdades contidas na democracia, Daniel Aarão Reis coloca que “a instauração da ditadura, em 1964, destruiu tudo isso: o estado de direito, a democracia limitada e a versão trabalhista do nacional-estadismo” (REIS, 2014, p.17). E, para tanto, a situação se modificava, “as propostas radicalizavam-se: os obstáculos deveriam ser removidos, e não evitados, os alvos, abatidos, e não contornados” (REIS, 2014, p. 32-33)

Motta centraliza seus estudos nas mais diversas combinações do anticomunismo em jornais da grande imprensa no Brasil, e aponta que “a doutrina e os militantes comunistas são acusados de serem elementos estrangeiros, estranhos ao Brasil.” (MOTTA, 2000, p.53).

Indo ao encontro dos embasamentos teóricos e historiográficos mencionados, nesta pesquisa analisamos o jornal católico *Voz Diocesana*, com especial atenção a sua abrangência nas paróquias do sul mineiro, bem como por ser o principal órgão impresso em circulação à época em tantas cidades da região. Podemos ver que o periódico do interior condiz com a afirmação de Motta;

Em todos países do mundo, agitam-se febrilmente os adeptos e emissários do comunismo, dirigidos e impulsionados por Moscou. Com o auxílio de colaboradores inconscientes, procuram infiltrar-se e conquistar posições em todos os setores de influência: na administração, no magistério, nas forças armadas, na imprensa, nas organizações de classe (VICENTE SCHERER, *Voz Diocesana*, 20/03/1962, p.2).

A ideia de infiltração no governo tornava-se presente nos editoriais do jornal. No periódico, é possível notar a combinação das vertentes católica e nacionalista do anticomunismo. Os comunistas eram vistos como traidores e como uma ameaça à pátria.

Desta forma, para os anticomunistas, o Estado corria um grande perigo e era preciso desconfiar das pessoas dentro do governo, uma vez que poderiam estar aliadas ou mesmo serem comunistas. Estes eram figuras que se aproveitavam de situações e pessoas para infiltrar e destruir o Brasil, como veremos mais adiante.

CAPÍTULO 2: O ANTICOMUNISMO NO VOZ DIOCESANA

O anticomunismo teve duas grandes ondas, como é colocado por Rodrigo Patto Sá Motta na obra *“Em Guarda Contra o Perigo Vermelho: O Anticomunismo no Brasil (1917-1964)”*, sendo a primeira onda na segunda metade da década de 1930, portanto, anterior ao Estado Novo; e a segunda onda de 1961 até o golpe civil-militar de 1964. No mesmo sentido, Carlos Fico coloca que “a propaganda anticomunista precede em muito a ditadura militar” (FICO, 2004, p.39). Vale ressaltar que, mesmo com períodos de maior ou menor intensidade, o discurso anticomunista nunca sumiu, sempre foi esporadicamente lembrado pelos meios de comunicação à época.

A presente pesquisa concentra sua análise no período da denominada segunda onda. O jornal Voz Diocesana era produzido pela diocese e circulava em 71 paróquias e em 49 municípios, como mencionado anteriormente, normalmente com três publicações mensais. Nesse sentido, exploramos aqui o papel da Igreja no interior de Minas, particularmente através de seu principal meio de comunicação impresso, não apenas como porta voz local, mas também como propagadora dos ideais anticomunistas que se enraizavam no contexto anterior ao golpe de 1964. Buscando compreender todos os elementos presentes no jornal da Diocese de Campanha e suas abordagens em relação ao comunismo, foram analisados todos os editoriais do periódico católico nos períodos entre 1959,- ano da Revolução Cubana, período de forte onda anticomunista de 1961 na América Latina, e no momento após a Revolução, no qual Cuba se aproxima da União Soviética-, até abril de 1964, o ano que ocorre o golpe civil-militar.

É importante compreendermos que o comunismo sempre foi “inimigo” da Igreja. Motta coloca que “a igreja católica se constituiu, provavelmente, na instituição não-estatal (desconsiderando o Vaticano como Estado efetivo), mais empenhada no combate aos comunistas no século XX” (MOTTA, 2000, p.35). Sendo o comunismo e os comunistas não apenas contra a moral e os dogmas da Igreja, mas também contra a própria religião. Tal perspectiva é preponderante nos editoriais analisados.

Em abril de 1962, no editorial intitulado “Comunismo, fruto da irreligião”, se desenvolve afirmando: “O comunismo, com todos os seus horrores, é obra dos governos sem Deus, dos homens sem Deus. A Rússia está colhendo o que semearam as nações descrentes do Ocidente. São hoje vítimas do monstro que engendraram.” (Pe. Arlindo Vieira S.J VOZ DIOCESANA, 30/04/1962, p.1). Os países comunistas vistos como ateus estavam condenados à ruína e o jornal buscava deixar essa ideia em evidência.

Assim é no indivíduo, na família e nos Estados. Os governos liberais envenenaram os povos com laicismo e hoje se tornaram impotentes para dominar as rebeliões, os motins sangrentos provocados pelos ricos que substituíram Deus pelo dinheiro, e pelos operários que trocaram o céu pela terra (...) (Pe. Arlindo Vieira S. J., Voz Diocesana, 30/04/1962, p.1).

O Estado laico era desaprovado pelo jornal Voz Diocesana. Para os padres e

monsenhores que escreviam, era necessário que Deus estivesse presente em todas as esferas da sociedade. Neste mesmo editorial, é colocado que Deus “desapareceu da família, corroída pela falta de fé (...) Deus desapareceu das escolas, onde mestres da iniquidade envenenam a alma da juventude, pregando o mais sórdido e degradante materialismo” (Pe. Arlindo Vieira¹ S.J., VOZ DIOCESANA, 30/04/1962, p.1). Assim, a laicidade era reprovável em qualquer instância, causadora dos males vividos pelos países. A recusa ao comunismo se dava principalmente por sua vertente laica e sua possível influência em todas as dimensões sociais e políticas.

À vista disso, se o laicismo já era um problema, o ateísmo no comunismo significava uma grande aberração. O aspecto mais forte do anticomunismo no Brasil era no tocante à religião. Ele era posto como imoral, irreligioso e feria o catolicismo. “A questão central, na ótica dos responsáveis católicos, no que não estavam desprovidos de razão, é que a nova doutrina questionava os fundamentos básicos das instituições religiosas” (MOTTA, 2000, p.38). No jornal, os editoriais se preocupavam com as supostas questões ateístas.

Como estamos analisando nesta obra, diante da profundidade que foram abordados pontos e trechos da obra de K. Marx (ainda que com uma leitura oblíqua), é possível inferir que a haviam lido e possuíam conhecimentos sobre seus direcionamentos, buscando peremptoriamente desqualificá-la e diferenciá-la das orientações católicas. Afinal, eram padres, mosenhores, pessoas letradas que escreviam no jornal, salvo algumas que eram importadas de jornais que circulavam no Rio de Janeiro, como o Jornal do Brasil.

Nesse sentido, o anticomunismo no jornal da Diocese, caracteriza-se principalmente na defesa dos princípios da Igreja. Os editoriais do periódico católico falavam sobre o materialismo dialético, contrapondo as ideias de K. Marx, bem como sobre o liberalismo e seus males, especialmente como este tinha culpa sobre a propagação das liberdades.

É importante ressaltar os mecanismos retóricos e discursivos utilizados nos editoriais, mesmo produzidos por membros da Igreja com notório saber e conhecimento sobre diversas temáticas. Em vários editoriais, excertos mencionados não eram situados, seus produtores não eram devidamente mencionados, bem como eram utilizadas frases soltas, partes descontextualizadas e alguns pequenos trechos colocados sob a ideia marxista sem realmente comprovar que fossem.

Como esse trecho de um editorial assinado por Frei Venâncio Willeke, em janeiro de 1963: “Nosso senhor recomenda: “quem tem duas túnicas, dê uma para quem não possui nenhuma” (Le;3,11) e esta doutrina entrou em prática desde os primórdios da igreja católica. Os Marxistas, porém, pregam: “A quem tiver duas túnicas arranque uma ou ambas”. (Voz Diocesana, 20/02/1963,p.4). Não há qualquer registro dessas palavras terem sido escritas por Karl Marx ou marxistas. Nesse sentido, o centro do editorial era desqualificar os marxistas, mesmo que tais ideias não fossem necessariamente propugnadas pelos

1. Padre Arlindo Vieira atou no jornal Voz Diocesana durante as décadas de 1950 e 1960. Entre as principais características de suas publicações estavam as de teor anticomunista.

mesmos. A população não tinha conhecimento ou domínio sobre essas questões, facilitando o enraizamento do menosprezo pelo comunismo, bem como uma perceptiva aterrorizante e temerosa sobre qualquer possibilidade de disseminação de seus ideais.

Ao colocar o comunismo contra as religiões, o ataque ao comunismo ganhava força dentro do jornal, como é possível notar:

Por muito que os adeptos do PC [Partido Comunista] insistam na pretensa liberdade religiosa concedida pelo governo russo, todo cristão católico sabe que, na realidade, o comunismo defende o materialismo ateu considerando qualquer religião “o ópio para o povo” e continuando por isso mesmo excomungado pelo representante de Cristo na terra (FREI VENÂNEIO WILLEKE O F M, *Voz diocesana*, 31/07/1963, p.2).

Nesse sentido, o comunismo representava um perigo à Igreja, o que percebemos ao encontrarmos o ateu representado como um indivíduo perigoso e ardiloso. É, então, anunciada uma dicotomia no jornal, o bem e o mal; e o mal, nesse caso, vai ser tudo aquilo que se liga à ideologia comunista e, portanto, há a necessidade de combatê-lo. Desta forma, o anticomunismo que se desenha no jornal está vinculado com a versão soviética, representando um perigo para o Brasil e para a América Latina.

Essa luta não podia ser travada apenas dentro da instituição, era preciso que os fiéis e cidadãos também impugnassem esse malefício em suas esferas privadas. O editorial de 20 de março de 1963, “Já é hora de sairmos do sono”, assinado pelo frei Henrique Marques da Silva O. P, fala que os fiéis precisam agir diante da realidade em que se encontram, “arregacemos as mangas e mãos à obra” (*Voz Diocesana*, 20/03/1963, p.1), enfatizando a necessidade de as pessoas organizarem suas ações, assumindo o compromisso cristão de agir contra o mal representado pelo comunismo.

Assim, era preciso ficar atento às atitudes dos jovens, tão propensos a aderir a essa ideologia e aos demais moradores que podiam estar seguindo esses passos errados. Vigiar o mal de perto e repeli-lo. O Brasil precisava fazer isso e a população também. Havia medo de que a classe trabalhadora fosse conquistada por esse discurso tido como subversivo. Desse modo, a sociedade ficava em alerta para contrapor o comunismo. Nessa direção, o jornal se atribuía o papel de bem mais que informar, mas de alertar a comunidade católica.

A Igreja sempre teve relações com o Estado brasileiro, ora conflituosas, ora complacentes. No início da década de 1960, as instituições católicas se voltavam para a sociedade, “destacou-se ao se projetar na vanguarda da militância em defesa dos princípios de justiça social, dos direitos humanos e ao se envolver nas lutas sociais e políticas daquele período” (CANCIAN, 2011, p.11). É possível observar essas pautas com frequência no *Voz Diocesana*, sempre lembrando aos fiéis da importância da caridade, do valor da empatia e compaixão com o próximo, da ajuda aos pobres, da necessidade da reforma agrária; essas eram questões às quais o jornal dedicava certa atenção. Segue a matéria sem autoria sobre a “Reforma Agrária”,

Com exceção de alguns conservadores mais renitentes, todos os homens de

bem estão de acordo sobre a necessidade premente de uma reforma agrária no Brasil. Mesmo um exame superficial das nossas zonas rurais revela, de imediato, as brutais injustiças que está submetido o nosso homem do campo, com o padrão mais baixo de toda a subdesenvolvida sociedade brasileira, e sem esperanças visíveis de poder melhorar as suas condições (Voz Diocesana, 30/09/1962, p.2).

Contudo, as questões por justiça social, embora fossem pautas frequentes, não se confundiam em momento algum com qualquer proximidade com os ideais marxistas. Ao contrário disso, ao passo que as relações com a comunidade eram enfatizadas eram também concomitantes à intensa difusão do anticomunismo. Perante a necessidade de disseminar essa visão, a Igreja encontrou mais espaço para o diálogo e, portanto, para empregar a aversão ao comunismo. Renato Cancian aponta que, de 1952 a 1964, a Igreja estabeleceu um estreitamento de relações com as camadas mais populares e obteve um posicionamento de promoção da mudança social (CANCIAN, 2011).

O jornal diocesano refletia o momento pelo qual a Igreja passava, o medo de o comunismo assolar o país, as efervescências sociais e, como o próprio Voz Diocesana traz em um dos editoriais, “resta volver os olhos para o tristíssimo panorama da nossa Pátria, seriamente ameaçada pela lutuosa convulsão social” (Pe. Arlindo Vieira S.J, Voz Diocesana, 30/04/1962). As greves e mobilizações dos trabalhadores, estudantes e de vários setores da sociedade cresciam nos primeiros anos da década 1960, como coloca Daniel Aarão Reis (2014) e isso era uma ameaça para o país aos olhos da Igreja.

Diante desse panorama, vale a pena nos determos em algumas articulações que os jornais de grande circulação usavam e que também foi encontrado no Voz Diocesana para combater o discurso “bolchevique”, expressão usada pelo jornal para se referir ao comunismo com viés soviético.

Os periódicos colocavam o comunismo como um só, sem demonstrar as diferenças que havia entre os países que o haviam adotado. Rodrigo Patto Sá Motta coloca: “É interessante observar que a propaganda anticomunista silenciava sobre as divergências entre os países comunistas, mantendo a imagem de que formariam um bloco coeso” (MOTTA, 2000, p.82), ou seja, editoriais e notícias sobre Cuba, China e Rússia e demais países que apareciam no jornal da diocese, mesmo tendo particularidades, eram apontados como se fossem uma só unidade, forte e conjunta, e que estavam espalhando o comunismo pelo Brasil e o mundo. Não era dito nas matérias sobre a disparidade de ações que essas nações adotaram ou mesmo sobre o contexto em que o comunismo chegou nessas nações.

Dessa forma, o inimigo parecia mais forte, mais preparado, articulado, construindo o medo de que poderiam arrastar o Brasil para esse bloco. Assim, Motta (2010) coloca que esses receios não eram puramente inventados.

As representações estão calcadas na realidade, mantendo diálogo constante com o mundo social, a vida concreta, e, simultaneamente, interferem no seu desenrolar, na sua construção. Assim, o anticomunismo surgiu como resposta ao desafio real implicado na existência do projeto comunista; porém, ao

mesmo tempo, as representações divulgadas na sociedade contribuíram para ampliar a percepção da presença desproporcional entre a força efetiva dos revolucionários e o medo neles inspirados (MOTTA, 2010, p. 20).

O Voz Diocesana, deste modo, articulava-se, assim como outros jornais, aumentando a magnitude da ideia anticomunista. E como apontado por Motta, ao inflar a ideia de um grande inimigo que se instalava no país, também aumentava a necessidade de combatê-lo. Desta forma, ao trazer as palavras do papa, fazia com que uma figura de máxima autoridade dentro da Igreja mostrasse preocupação com a situação de forma significativa, considerando o forte catolicismo no interior do Brasil. Portanto, o inimigo ganhava a forma de um perigo global realmente potente, visto que a fala dessa personalidade assumia importância maior do que qualquer pessoa para o modelo do jornal. Assim, qualquer aproximação desse mal era uma questão alarmante. Uma pequena matéria no Voz Diocesana traz como título: “Rússia atrai Brasil”

Os observadores diplomáticos disseram ontem que as insinuações de ajuda e comércio feitas ao Brasil pelo primeiro-ministro soviético Nikita Krushev poderiam ser o anúncio de uma nova ameaça a Aliança para o Progresso, muito mais séria de que a ameaça a Cuba.

Disseram que “os afagos de krushev ao Brasil”, em declarações ao jornal *Ultima hora*, parecem preparar o terreno para um esforço profundo dos soviéticos para penetrar na América Latina. (Voz Diocesana, 30/04/1963,p.1).

Em resposta à suposta aproximação com os soviéticos ou, pelo menos, com suas intenções para tal, a proposta era fortalecer os vínculos com a América, mais exatamente sobre a liderança dos Estados Unidos, a partir da Aliança para o Progresso.² Esse projeto servia para que empresas de capital estadunidense tivessem abertura para se instalar no país. O que contava, também, como meio de repelir o comunismo que se aproximava dos países da América Latina. Com o discurso de ajuda, eram os Estados Unidos que penetravam o Brasil, como aparece na matéria “Aliança dá leite em pó para Animais”:

Os animais do Zoo baiano tiveram um banquete ontem às custas de 100 toneladas de leite em pó dados ao Brasil dentro do programa Aliança para o Progresso, a ser distribuído nos grupos escolares. O alimento ficou armazenado na Guanabara e acabou estragando (Voz Diocesana, 20/09/1964, p.4).

Contudo, se por um lado a ideia de um bloco conjunto era reforçado, um inimigo perigoso e poderoso por outro, o Voz Diocesana não poupava em falar das misérias que o comunismo trazia, das consequências que causava nos países em que se instalava. Como em matéria de 20 de junho de 1962, “O Comunismo como ele é”:

Porém o povo sofre. Na China Comunista, tem morrido mais gente de fome do

² Programa de assistência ao desenvolvimento socioeconômico da América Latina formalizado quando os Estados Unidos e 22 outras nações do hemisfério, entre elas o Brasil, assinaram a Carta de Punta del Este em agosto de 1961. De acordo com o documento, os países latino-americanos deveriam traçar planos de desenvolvimento e garantir a maior parte dos custos dos programas, cabendo aos EUA o restante. A administração dos fundos norte-americanos competia em sua maior parte à United States Agency for International Development (USAID — Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional). Disponível em: <<https://www18.fgv.br//cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/alianca-para-o-progresso-1>> Acesso em 10 dez. 2022.

que no regime de Chiang Kai-shek. O Nível de vida do povo russo não subiu quase nada desde o tempo dos tsares, a despeito dos progressos tecnológicos do mundo e da Rússia: ainda há pouco Nikita Krushev anunciou, com grande orgulho, que em 1980 será talvez possível produzir-se um ovo por dia para cada cidadão soviético (Voz Diocesana, 20/06/1962, p.2).

Assim, alinhavam-se o medo e a necessidade de combater. Cuba parecia estar sob as garras de Fidel Castro. “Novas medidas de opressão em Cuba” (Voz Diocesana, 10/01/1963, p.2), “Novo tratado Comercial mostra que Fidel se entregou totalmente ao Bloco Comunista” (Voz Diocesana, 20/06/1962, p.4), “Fidel, o Comunismo nas América” (Voz Diocesana, 30/11/1960, p.3) estes são alguns títulos que tratavam Cuba com uma ameaça. Era o comunismo mais próximo do Brasil, apresentado como um lugar em que prevalecia o caos, a miséria e a opressão: “para aumentar a sua continua vigilância sobre o já oprimido povo de Cuba, o regime comunista de Fidel Castro determinou novas medidas de caráter policial” (Voz Diocesana, USIS, 10/01/1963, p.2)

A Rússia já aparecia como aquela que deu início a todo o movimento comunista e a que possuía mais força. “Ao contrário de serem concorrentes dos soviéticos, chineses e cubanos eram apresentados como linha auxiliar para a consecução dos planos da grande conspiração mundial, cuja sede continuava em Moscou” (MOTTA, 2000, p. 82). No jornal Voz Diocesana, constrói-se a ideia de que a Rússia convocou esses países para o seu bloco, portanto, eles se uniam aos seus ideais. A figura desse país era comumente colocada como irreligiosa, o que fica visível na conjuntura do Segundo Concílio Ecumênico. “Somente os fanáticos e ignorantes podem ser desfavoráveis ao Concílio. O Patriarca de Moscou disse que é assunto da Igreja Católica e não lhe importa o Concílio” (Voz Diocesana, 10/04/1962, p.1).

A União Soviética era posta como atrasada, um lugar onde a fome estava sempre presente e Deus ausente, em que pessoas estavam sempre tentando fugir, como aparece no periódico: “Desde o fim da II Guerra Mundial mais de 15 milhões de pessoas escaparam dos países dominados pelos comunistas, buscando refúgio e liberdade no Ocidente” (Voz Diocesana, não assinada, 25/12/1962, p.4).

Já a China aparece menos em comparação com Cuba e Rússia, mas com frequência era colocada no jornal, normalmente sendo citada como exemplo e, na maioria das vezes, era apontada a situação de miséria, bem como as dificuldades pelas quais a população estava passando. “A fome continua castigando a China Comunista. Milhares de flagelados continuam procurando setores ocidentais em Macau e de Hong Kong para alívio de suas penas” (Voz Diocesana, 10/06/1962, p.2). Outros países como Laos, Alemanha Oriental, Vietnã, também estavam presentes nos editoriais do periódico, sempre apontando como o comunismo ameaçava a nação. Um editorial de junho destaca: “continua perigosa a situação no Laos. As Forças comunistas continuam ganhando território na região da Tailândia” (Voz diocesana, 10/06/1962, p.3)

Nesse sentido, o Voz Diocesana também traz algumas particularidades. A ideia

de um bloco forte e coeso aparece no jornal, formando o medo de um perigo mundial. Contudo, em algumas matérias, esses países revelam não estar em completa harmonia; “a China comunista, que ameaçara fazer exigências territoriais a URSS, anunciou de forma indireta, que reivindica vastas regiões do sudeste asiático e da Índia” (Voz Diocesana, 10/09/1963, p.2) ou na nota com título “Pequim: Kruschuev é traidor”, que se desenvolve falando “O diário popular de Pequim atacou novamente o acordo antinuclear assinado pelos soviéticos, britânicos e norte-americanos, afirmando que os “ocidentais e soviéticos são monstros que agem com extrema arrogância”” (Voz Diocesana, 20/08/1963, p.3).

Assim, mesmo as diferenças e divergências entre os países eram utilizadas para consolidar a ideia e o discurso do caos, do medo, da instabilidade, da fome, da miséria, da desorganização política e social. Com isso, assim como a grande imprensa, o periódico analisado também contribuiu para enraizar a retórica do medo, a convicção do caos e consolidar o forte anticomunismo no momento que antecede o golpe, como aponta Motta (2000).

Detalhando o caos e a instabilidade política, o periódico também mostrava algumas das desavenças entre os países, corroborando para formar a ideia de que as coisas não iam bem no “paraíso comunista”, expressão utilizada pelo jornal, com ironia ao se dirigir aos países comunistas. Alguns editoriais se apresentavam com sentido de desprezo, assim, diminuía-o enquanto sistema, ideologia, demonstrando suas faces contraditórias e uma possível ruptura como no caso “A China Comunista desafia Kruchev”:

A última “explosão” da China comunista em sua controvérsia política com a União Soviética consistiu de um desafio ao primeiro ministro Kruschuev para que reinicie o combate à espécie de comunismo praticada na Iugoslávia, sob pena de ter que enfrentar uma ruptura completa no movimento comunista internacional. (Voz Diocesana, 20/02/1963, p.3).

Assim, a ideia de um bloco comunista ameaçador existia, ao mesmo tempo em que o periódico buscava desacreditar os países que faziam parte dessa unidade. O discurso do medo e da desorganização e a exposição das misérias que esses países sofriam, das artimanhas que eles utilizavam em seu discurso, somavam-se às desavenças entre os próprios aliados. Com a apresentação de tal caos e instabilidade, como poderiam deixar tomar o Brasil? Assim, o anticomunismo conseguia ser capilarizado, e qualquer tentativa de se aproximar desse modelo, colocaria o país também em situação similar. Uma matéria que aparece no Voz Diocesana tem como título “A Hora de Empurrar para a Sepultura”;

As divergências entre Moscou e Pequim estão na ordem do dia. O recente Congresso do Partido Comunista que reuniu na Alemanha Oriental as sucursais comunistas de todos os países constitui uma patente demonstração dessas divergências. A delegação chinesa não só não aplaudiu as arengas Kruschuev de alusões mais ou menos aos “descaminhos” chineses – como também condenou sem a clássica dureza oriental a chamada “coexistência pacífica” inventada pelo ditador russo. (Voz Diocesana, 10/03/1963, p.2).

É importante evidenciar que os editoriais com ideias da união desses países e a

exposição das divergências em que os mesmos tinham aconteciam simultaneamente, em alguns casos em publicações sequenciais, como o editorial do dia 10 de fevereiro de 1963: “O dogmatismo Marxista”, que apresenta “o comunismo como uma seita internacional, que segue a doutrina de K. Marx e trabalha para destruir a sociedade humana baseada na lei de Deus e no evangelho”. Na próxima tiragem do jornal, isto é, no dia 20 de fevereiro do mesmo ano, “A China Comunista Desafia Krushev”, em que falava da tensão crescente entre a Rússia e a China. Ou seja, é enraizada a ideia de bloco coeso enquanto temor de um perigo global, ao mesmo tempo em que se desdenha dos conflitos entre essas nações para que as tornem ridicularizadas, tanto em suas ideias, quanto na possibilidade de se aproximarem do Brasil.

CAPÍTULO 3: A ONDA ANTICOMUNISTA NO VOZ DIOCESANA

A segunda onda anticomunista tem seu período de maior intensidade no Brasil a partir de 1961, quando o presidente Jânio Quadros dá início a um alinhamento político-comercial que se aproximava de países da União Soviética (MOTTA, 2000). No jornal Voz Diocesana, é no ano de 1962 que o periódico apresenta maior publicação de editoriais anticomunistas.

No gráfico abaixo podemos observar a alteração na quantidade de publicações, tendo como referência o ano de 1959, ano da Revolução Cubana, até 1963, ano que antecede o golpe civil-militar.

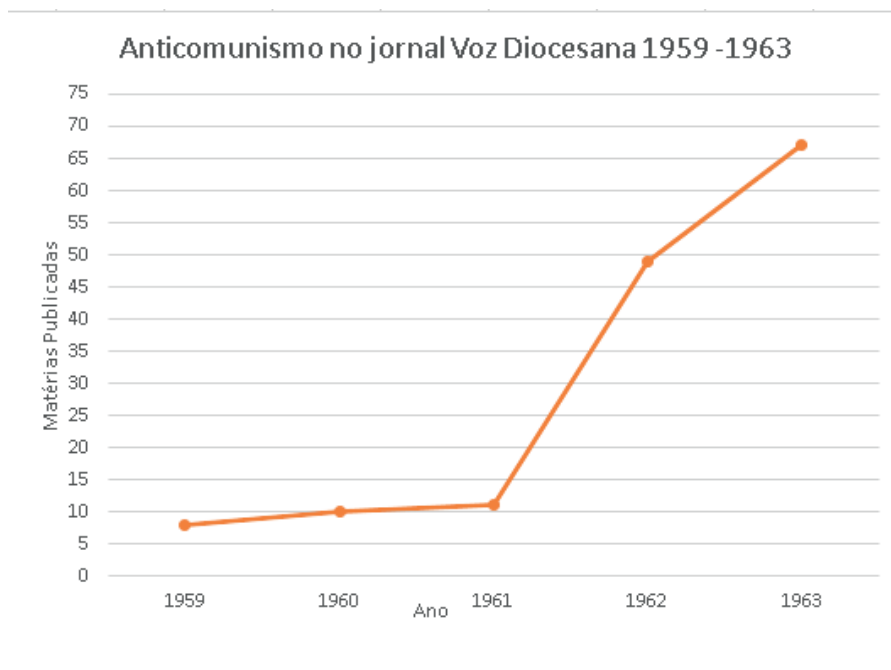


Gráfico 1. Editoriais anticomunistas no jornal Voz Diocesana (1959-1963)

Dados coletados pelas autoras.

O gráfico mostra o salto de editoriais anticomunistas no jornal. Nesse levantamento foram organizados e coletados todos os editoriais, notas e colunas que trouxessem algum posicionamento anticomunista. Em números absolutos, no ano de 1959, temos 8; no ano de 1960, 10; e no ano de 1961, 11. Já no ano de 1962, apresenta-se de maneira mais aguda, com 49; seguido pelo ano que antecede o golpe militar, 1963, com 67 editoriais com

abordagens anticomunistas.

A partir de 1962, o jornal ganha outra roupagem, mudando o layout da primeira página e introduzindo algumas colunas com maior regularidade. Como o caso das colunas denominadas “repórter relâmpago” e “roteiro do mundo”. Esses espaços no periódico eram destinados a notícias breves, notas sobre questões nacionais e internacionais, aparecendo com maior frequência a partir de 1962.

Alemanha – A barreira que os comunistas levantaram separando Berlim Leste do Ocidente continua cerrada, embora as tentativas de fuga se repitam com frequência. Semana passada um guarda oriental foi morto a bala por seus próprios colegas quando procurava facilitar a fuga de algumas pessoas. (Voz Diocesana, 20/06/1962, p.2).

Essas notas normalmente traziam informações de diversos países e foram utilizadas para consolidar a visão anticomunista, como o trecho acima sobre a Alemanha Oriental, no qual construiu-se, a partir de poucas palavras, a ideia de um lugar ruim, uma vez que um guarda é morto pelos próprios colegas e é colocada a ocorrência de fugas com frequência, mostrando instabilidade e tensões no país.

Por serem notícias breves, muitas vezes não explicavam o contexto ou mesmo davam informações mais precisas, ficando a cargo do leitor a interpretação. Podemos ver isso também na nota: “Cuba – Fidel Castro determinou trabalho forçado para os prisioneiros cuja liberdade ele tentará negociar em troca de tratores.” (Voz Diocesana, 10/06/1962, p.2). Por essas poucas palavras, construía-se a imagem de que o país comunista passava por dificuldades, tanto que era preciso negociar com prisioneiros, trocando pessoas por tratores, reforçando a ideia de um regime autoritário.

Algumas notas chegavam a ter viés cômico: “Troca de telegramas – A seguinte troca de telegramas teria havido entre Castro e Kruschev: C. a K – Não temos o que comer. Mandem alimentos. K. a C. – Apertem os cintos. C. a K. – Mandem os cintos.” (Voz Diocesana, 10/05/1962, p.3), outra nota no mesmo editorial tem o título “Para não ter saudades” e traz, ainda sobre Cuba,:

visitando outro refugiado, em Miami, um cubano admirou-se ao ver enormes retratos de Fidel Castro e “Che” Guevara e de outros chefes comunistas, espalhados pelas paredes. “Que significa isso?” indagou espantado. Respondeu o amigo com um sorriso: “espantalhos para minhas saudades da pátria.” (Voz Diocesana, 10/05/1962, p.3).

Essas breves notícias reforçavam e corroboravam a construção de imagens sobre esses países, como abordado no capítulo anterior, sendo importante registrar que as notas não eram assinadas, assim como muitos editoriais no periódico.

Outro aspecto do ano 1962 são editoriais que expressam o anticomunismo nas eleições estaduais e federais. A partir do meio do ano, começando em junho, o jornal ressalta a importância do voto para a conjuntura do período no país.

O direito do voto é sagrado e dele depende o destino de uma nação, de

um estado e de uma cidade. É tão grande a responsabilidade do voto, que não pode ele estar dependendo do pedido de outrem, do compadresco, do sentimento de gratidão ou mesmo amizade. Vota-se em inimigo pessoal quando nele vemos condições morais e espírito realizador que o tornem capaz de administrar. (Dr. Rabim Nilo, Voz Diocesana, 20/06/1962, p.2).

Desta forma, buscava-se conscientizar as pessoas sobre o ato da votação e repudiava a compra dos votos. Em outra publicação, enfatizava-se: “não basta votar, é preciso saber votar. Votar com consciência, com liberdade e independência. Votar bem.” (Dom Othon Motta, Voz Diocesana, 20/09/1962, p.1). Buscava-se orientar os fieis/eleitores para que não votassem em pessoas que não se aliassem ou fossem comunistas, como veremos mais adiante.

Assim, a questão política se fazia necessária no jornal católico, como no editorial: “Diante disso, convém colocar o voto dentro da missão sagrada. Todo esforço nesse sentido é digno de aplausos. Façamos este benefício em prol da democracia.” (Dom Othon Motta, Voz diocesana, 20/09/1962, p.1). Além disso, também havia atenção com as pessoas que deixavam de votar. Seguindo no mesmo editorial: “Há ainda um outro mal – é não votar. Por comodismo ou decepção alguns deixam de cumprir o dever” (Dom Othon Motta, Voz diocesana, 20/09/1962, p.1).

Após a votação do plebiscito para decidir se seria implantado o parlamentarismo ou retornaria o presidencialismo, houve a decisão pelo sistema presidencial. Goulart, portanto, teria mais autonomia, sendo necessário cercá-lo com pessoas que não tivessem tendências à esquerda. Rodrigo Patto Sá Motta coloca que a eleição de 1962 teve o anticomunismo mais enfático, dentre outras que ocorreram no período (MOTTA, 2002).

O jornal, portanto, empenhou-se para que as pessoas não votassem em candidatos comunistas. “Com o pensamento em Deus e na pátria vamos votar separando o trigo do joio.” (Dom OTHON MOTTA, 20/09/1962). A mensagem era nítida e direta. Uma nota em 31 de agosto de 1962, ao fim da primeira página, de forma destacada, enfatizava: “Não dê seu voto a candidatos comunistas.” (Voz diocesana, 31/08/1962, p.1). Disseminava a ideia anticomunista e conscientizava os eleitores a votar.

Quem acompanhar com atenção o trabalho que os comunistas desenvolvem e principalmente quem com eles tiver contato direto, verá logo que o totalitarismo vermelho é antes de tudo um militante revolucionário que procura destruir a atual ordem das coisas e substituí-la violentamente pela organização socialista da coletividade (Voz Diocesana, 30/06/1962, p.4).

Assim, por meio de alguns editoriais, ia-se mostrando como agem os comunistas, “o comunismo oferece-nos a ordem e a prosperidade material em troca da perda da nossa liberdade” (Voz Diocesana, 20/06/1962, p.4), “como era um sistema totalitário e mentiroso, o comunismo é uma mentira cruel” (Voz Diocesana, 20/06/1962, p.4). Desta forma, a conscientização do voto e a crítica ao regime comunista aconteciam concomitantemente à tentativa de evitar a eleição de candidatos “vermelhos”, expressão usada no jornal para se

referir às pessoas comunistas.

Por conseguinte, aliava-se ao combate aos candidatos comunistas a forte propagação do que era o comunismo para o jornal: “uma racionalização do mal” (Voz Diocesana, 10/09/1963, p.3) para que derrotassem o inimigo nas urnas. Após o resultado das eleições, o jornal traz a publicação “a força deles não está no número”:

Diante da pífia rotação alcançada pelos candidatos vermelhos, pretendem alguns observadores que “a força do comunismo é uma balela, embuste que nos pretendem impingir, etc.” Ora nunca foi posto em dúvida que o comunismo, no Brasil, reúne uma minoria quantitativamente modesta. E os resultados eleitorais estão a evidenciar exatamente isso (...)

Ignoram ou esquecem, porém, esses intérpretes apressados que a força dos vermelhos não resulta de aritmética eleitoral. Se assim fosse, o comunismo não teria tomado o Poder em lugar algum, nem mesmo na Rússia. (Paulo J. Guimarães, Voz Diocesana, 20/11/1962, p.3).

Desta forma, mesmo com poucos candidatos comunistas eleitos, a ameaça ainda era tida como real, assim continua o editorial: “Uma minoria organizada e ativista. E os que conhecem História – que é verdadeira política experimental – sabem muito bem que são as minorias que conduzem os acontecimentos. As minorias é que fazem a história”. (Paulo J. Guimarães, Voz Diocesana, 20/11/1962, p.3). Mais uma vez mobilizava-se o temor às suas atitudes e ideias, fazendo-se necessário o combate a esse mal.

VOZ DIOCESANA E O AUGE DO ANTICOMUNISMO EM 1963

Desde 1962, o jornal Voz Diocesana trazia em suas páginas questões sobre a reforma agrária, como na matéria do dia 10 de agosto: “A decisão dos dirigentes do comércio, de se aliarem aos que – como o clero católico, certos grupos políticos, setores da imprensa, etc. – já perceberam, há muito tempo, que só as reformas é que impedem as revoluções” (Jornal do Brasil Apud Voz Diocesana, 10/08/1962, p.3). Contudo, a necessidade da reforma embasava-se em argumento anticomunista, reforma sem revolução, como trecho reproduzido do Jornal do Brasil.

Em 1963, o discurso é alterado no periódico, uma vez que movimentos à esquerda também levantavam a bandeira da reforma agrária. Nesse momento, o jornal tenta mostrar as diferenças entre as defesas da reforma, enfatizando que era a favor da propriedade privada.

A Palavra da Mater et Magistra não comporta meias interpretações. É clara como água “o direito de propriedade, mesmo de bens de produção, tem valor permanente, por esta razão precisa que é valor natural” (...)

Porque, fora os totalitários, que querem estatizar tudo, que tudo submetem à tutela do Estado Onipotente, só tenho ouvido os que são a favor da propriedade privada. (Dom José Bispo De Sete Lagoas, Voz Diocesana, 31/08/1963, p.2).

Nesse sentido, defendia-se a propriedade privada em detrimento de qualquer

estado que pretendesse concentrar o poder em sua mão, uma crítica clara à proposição do comunismo soviético. A Igreja, de acordo com as páginas do jornal, mostrou-se bastante incisiva na cobrança pelas reformas, tendo também como pauta a reforma partidária, mesmo aparecendo menos no periódico. Entretanto, sempre colocando em evidência reformas para que não houvesse revolução.

A reforma partidária e eleitoral foi apontada como decisiva “no atual processo de apuração das nossas instituições democráticas” (...)”

Depois de defender a pluralidade partidária, mas de lamentar a multiplicidade de partidos sem finalidade meramente clientelísticos, inoperantes fora dos períodos eleitorais (Voz Diocesana, 20/07/1963, p.4).

O jornal continha críticas ao modelo partidário do país, e com a notícia que alguns “renovadores da UDN¹, do PTB² e do PSD³” pensavam seriamente em criar um novo partido, criticou-se não somente a pluralidade, como também a eficácia dessas organizações: “Ninguém ignora que os partidos brasileiros não estão em condições de resolver os problemas do País” (Voz Diocesana, 31/07/1963, p.2). Assim, o sentimento da necessidade de mudança ia tomando as páginas do periódico, mas sempre em sentido moderado e conservador.

A partir de 1963, a quantidade de publicações anticomunistas aumenta, tendo 67 editoriais. Desta forma, o ano apresenta-se como o auge do anticomunismo no jornal Voz Diocesana.

Para além da forte crítica aos países comunistas, como Cuba, URSS, China, entre outros, o jornal volta-se também para a questão nacional. É nesse ano que o ataque a pessoas do governo se torna mais intenso, como no editorial “Democracia Cristã e o Comunismo”, o qual aponta: “Não admira, pois que no Brasil, o Ministério da Educação seja hoje um ninho de comunistas a executarem uma política educacional marxista.” (Fernando Mendes Filho, Voz Diocesana, 31/10/1963, p.1).

O jornal, portanto, construía a ideia de que havia comunistas no governo em diversas áreas ou mesmo auxiliando o presidente, ainda que a figura do João Goulart não tenha sido rotulada desta forma.

Estamos assistindo passivamente à bolchevização do Brasil, dentro da Lei (...) Os Mentores do Presidente – mentores e não assessores – pessimamente escolhidos entre elementos suspeitíssimos estão firmes nos arreios. No Legislativo, os comunistas, socialistas, esquerdistas e católicos “bonzinhos” vão fazendo muito bem a pressão de cúpula, enquanto o CGT, a UNE e demais grupos vermelhos pressionam pela base. (Voz Diocesana, 20/06/1963, p. 3).

Assim, o discurso de infiltração comunista no governo ganhava espaço no jornal católico. Mesmo que a figura de João Goulart não tenha sido colocada diretamente como

1 União Democrática Nacional, partido fundado 7 de abril de 1945, extinto em 1965 pelo ato institucional nº2.

2 Partido Trabalhista Brasileiro, fundado em 15 de maio de 1945, extinto em 1965 pelo ato institucional nº2, sendo fundado novamente em 1980.

3 Partido Social Democrático, fundado em 17 de julho de 1945, extinto em 1965 pelo ato institucional nº2.

comunista, cargos próximos eram ocupados por pessoas apresentadas nos editoriais como suspeitas. Nesse sentido, condiz com a fala de Rodrigo Patto Sá Motta. Numa visão geral, o autor destaca:

Denunciava-se que o aparato do governo federal estava infestado de comunistas, a quem Jango, supostamente, entregara postos de grande importância. “Infiltrados” no governo, comunistas estariam se preparando para o golpe final, quando tivessem acumulado forças suficientes para ocupar sozinhos o poder e desencadear a revolução. (MOTTA, 2002, p.131).

Em fevereiro de 1963, o periódico alertava seus leitores sobre as táticas de infiltração comunista “Penetrar nos sindicatos nacionais. Os agentes soviéticos vêm desenvolvendo ultimamente intenso programa para se infiltrarem nos mais importantes sindicatos dos países latino-Americanos.” (Voz Diocesana, 10/02/1963, p.1). Assim, ao longo do ano foi se construindo a ideia de que os comunistas se encontravam organizados e estavam, por diversos meios, infiltrando-se nas instâncias do Estado. Uma nota com título “Comunização do Sindicalismo” trouxe que:

Preparando a criação CGT (confederação Geral dos Trabalhadores) o ministro do trabalho revogou uma antiga portaria que proibia órgão dessa natureza. O sr. Almino Afonso, com seu ato, abriu caminho para a instalação no Brasil de uma entidade nitidamente comunista e que deverá se filiar à internacional dos Trabalhadores com sede em Praga. Os sindicatos e as federações democráticas, contudo, vão lutar contra essa tentativa dos comunistas embora sem alimentar esperanças. (Voz Diocesana, 20/05/1963, p.3).

Desta forma, com a infiltração comunista consolidava-se um discurso de contraposição à estabilidade democrática e a própria democracia. Mostrava-se, assim, como os comunistas estavam organizados, conspirando contra o país. Uma nota com título “Publicações subversivas”, denunciava diversos títulos de publicações que estavam espalhadas em território nacional como “*ABC do Comunismo, Que são as ligas Camponesas, Segunda Declaração de Havana*” (Voz Diocesana, 31/03/1963, p.3).

Outra nota: “Russos querem revolução”, aparece ao fim da primeira página de 31 de outubro de 1963, trazendo que:

O Partido Comunista da URSS esclareceu aos comunistas chineses que continua partidário de estimular as revoluções no exterior, e que sua política de coexistência pacífica com o Ocidente visa apenas evitar a guerra nuclear” (Voz Diocesana, 31/10/1963,p.1).

Diante disso, revelava-se o medo do ativismo dos comunistas e a instrumentalização do medo como estratégia discursiva e operacional para a mobilização de ideais anticomunistas. A partir disso, ao noticiar que a União Soviética estimulava revoluções, preocupava-se com o contexto nacional, supondo possíveis atentados contra a democracia. “Há que ter os olhos bem abertos contra as falsidades do lobo que se apresenta vestido de ovelha” (Voz Diocesana, 10/03/1963, p.3).

Jorge Ferreira aponta que antes do golpe de 1964, estava a “sociedade em

processo de organização e mobilização crescentes e, sobretudo, grupos políticos e sociais interessados em manter as regras democráticas.” (FERREIRA, 2003, p.337). Assim, as efervescências sociais que ocorriam no período eram vistas como uma ameaça.

O anticomunismo presente no periódico buscava desqualificar as esquerdas, dizendo que as pautas as quais defendiam nada mais eram que mentiras para conquistar as pessoas. Como podemos ver no editorial “Falsidade das Esquerdas”:

Se os comunistas dedicassem à conquista de adeptos através da propagação da doutrina marxista nada conseguiriam (...)

Por isso, dizem-se democratas, contra a dominação estrangeira e desejam, como o sr. Arraes⁴, juntar os homens que querem trabalhar pelo desenvolvimento do Brasil num esforço único. Automaticamente esperam engrossar as próprias fileiras. (Voz Diocesana, 10/03/1963, p.3).

Deste modo, o periódico tratava os comunistas como antidemocráticos. Esse discurso aparece no jornal de forma mais enfática no final de 1963 e início de 1964. “Ele é uma constante ameaça às nossas instituições democráticas. A infiltração vermelha se processa em todos os setores da vida nacional.” (Estrela Polar ⁵Apud Voz Diocesana, 20/01/1964, p.1).

O discurso da infiltração se vinculava ao ataque às instituições democráticas, o que resultou na cobrança de ações por parte do governo. Na perspectiva do jornal, a situação ia se tornando mais perigosa.

No último domingo estava sendo distribuída uma folha volante nestes termos: “Ajuda a fundar o Comitê de mobilização popular do teu bairro, da tua rua, de tua fábrica ou escola!” Já se chegou a esse ponto de pregação revolucionária! “Poderá o Governo ignorar fatos assim, tão públicos? E se conhece, por que não mexe? Estará cavando a própria sepultura? Mas saiba que nem todos estão dispostos a serem enterrados com ele. É um direito que lhes cabe. (Voz Diocesana, 20/02/1964, p.1).

A maior crítica de atentado contra a democracia no Voz Diocesana é do editorial de 10 de março de 1964, quando há o debate sobre a legalização do Partido Comunista, o PC. “No momento é sumamente perigoso para a democracia a volta do PC à legalidade.” (Voz Diocesana, 10/03/1964, p.1). A notícia ainda trouxe como inconstitucional essa ação.

Por uma coisa é certa: dentro da constituição não há lugar para partidos e ideologias totalitárias, como se infere do 13º artigo 141, que diz: “É vedada organização, o registro ou o funcionamento de qualquer partido político ou associação, cujo programa ou ação contrarie o regime democrático, baseado na *pluralidade dos partidos* e na garantia dos direitos fundamentais do homem” (Luiz Roberto de Souza Queiroz, Voz Diocesana, 10/03/1964, p.1).

Uma matéria do dia 31 de outubro de 1963, com título: “Os fatos se encadeiam”, traz as palavras do General Castelo Branco sobre o estado de sítio proposto por João Goulart,

4 Filiado ao Partido Social Trabalhista (PST), era aliado do João Goulart, governador de Pernambuco quando foi deposto pelo Exército Brasileiro, em 1º de abril de 1964.

5 Jornal publicado na cidade de Diamantina, vinculado à arquidiocese.

após tensões com alguns militares e governadores.

Eis algumas verdades e pacíficas, ou momentaneamente pacíficas:

1-O presidente não foi apenas o encaminhador do estado de sítio e inspirou sua solicitação, talvez quem sabe – que diga o Sr. Abelardo Jurema – pelo processo subliminar. E o queria para um específico: prender os Governadores da Guanabara e de São Paulo, fazendo os julgar por um Tribunal Militar como conspiradores, despidos das imunidades. Quando o substitutivo Vieira de Melo deixou claro que a Câmara não aceitava a jurisdição militar para os crimes capitulados na Lei de Segurança nem se conformava com a supressão do habeas-corpos, o estado de sítio deixou de interessar o Presidente, pois se transformaria numa medida de fortalecimento dos chefes dos chefes militares pra contenção das greves e repressão das manifestações de sargentos. (Castelo Branco Apud Voz Diocesana, 31/10/1963, p.3).

Após encaminhado o pedido ao congresso, muitos parlamentares não aceitaram e João Goulart decidiu retirá-lo. O editorial continua: “2-Os chefes militares, uma vez posta à hipótese do sítio a aceitaram e por ela se interessaram: O sítio lhes daria os poderes adequados para resolver os problemas internos” (Castelo Branco Apud Voz Diocesana, 31/10/1963,p.3).

A proposta permitia, portanto, que os militares reprimissem as greves e mobilizações que aconteciam naquele momento, o que fica explícito não ser a vontade do presidente no seguinte trecho que se segue: “O Presidente só se mostrou sensível à reação das chamadas forças populares quando viu que o sítio que o Congresso lhe daria não era o sítio dos seus desejos” (Castelo Branco Apud Voz Diocesana, 31/10/1963, p.3).

O jornal católico coloca essa situação como “Manobra Fracassada”, destacando, “O historiador não se deixará enganar pela aparência que a manobra de retirada procura fixar na consciência popular” (Voz Diocesana, 31/10/1963, p.3).

Com o enraizamento do anticomunismo, o jornal Voz Diocesana apoia o golpe, entretanto, atentando-se para algumas questões. No editorial, após os militares tomarem o poder, a manchete é: “Os Perigos da Vitória”, colocando sobre o discurso comunista que “A luta de classes se corporizava através de pregação surda, mas constante. Ricos e pobres, fazendeiros e colonos, patrões e empregados, latifundiários e pequenos proprietários” (Dom Othon Motta, 20/04/1964, p.1). Dentro desse quadro o editorial aponta: “até o momento nada nos impede de duvidar da sinceridade e boas intenções desses militares, isto, porém, não nos impede de os advertir dos perigos da vitória”. (Dom Othon Motta, Voz Diocesana, 20/04/1964, p.1).

Desta forma, explanava a necessidade de os militares tomarem o poder, contudo, advertia-se sobre alguns riscos. “Nada de vinganças pessoais” (Dom Othon Motta, Voz Diocesana, 20/04/1964, p.1). Era preciso acabar com as ideias comunistas, não com as pessoas, como continua: “Canhão não mata ideias. Então é preciso filtrá-las”. Assim os perigos da vitória ficavam evidentes na palavra do bispo: “Que a Revolução não se limite a um anticomunismo negativo, policial, somente interessado em defender posições de grupos

capitalistas” (Dom Othon Motta, *Voz Diocesana*, 20/04/1964,p.1). É necessário ressaltar que, nesse contexto, alguns segmentos da Igreja se encontravam próximos à comunidade, como dito anteriormente, não sendo aceitável que o estado se esquecesse das massas ou mesmo que se voltasse para uma perseguição vingativa aos comunistas.

O jornal também era a favor de algumas reformas e alertava no mesmo editorial “que a Revolução arrume a casa, jogando fora os móveis, mas aproveitando o que serve. Há muita coisa”. Apoiava-se o golpe e o sentido atribuído pelos militares do golpe como “Revolução”, enfatizando que:

O comunismo é, de fato, uma desgraça; não pode, porém, apresentar-se como capa de injustiças e excessos. Seria prejudicial aos bons propósitos da Revolução um rigor demasiado e precipitado. Nada de vinganças pessoais. Não é estratégico castigar vítimas, das quais a culpa não possa provar. (Dom Othon Motta, *Voz Diocesana*, 20/04/1964, p.1).

O jornal, portanto, apoiava o golpe civil-militar sem perder de vista as reivindicações das reformas, os aspectos sociais que tanto a Igreja vinha pregando. O embate com o comunismo precisava continuar, as ideias não sumiriam com o golpe, era preciso trabalhar para modificá-las. Desta forma, se o comunismo foi colocado como “desgraça”, o caos, esperava-se que a “Revolução” fosse “justiça social dentro da paz, ordem e disciplina” (Dom Othon Motta, *Voz Diocesana*, 20/04/1964, p.1).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisamos o anticomunismo presente no jornal Voz Diocesana, nos períodos entre 1959 e 1964, a fim de compreender se houve um salto na quantidade de editoriais de combate ao comunismo, bem como buscamos analisar as características do que foi o anticomunismo no periódico e como esse sistema era visto como uma “desgraça”, um caos causado de misérias e tensões no mundo, apresentado como uma constante ameaça ao Brasil.

O jornal católico não estava dissociado das mobilizações que os jornais da grande imprensa articulavam naquele momento. Empregava o anticomunismo em suas páginas e até mesmo dialogava com a grande imprensa que circulava no Rio de Janeiro, importando algumas matérias como, por exemplo, do Jornal do Brasil.

Durante a pesquisa conseguimos identificar que a busca pela desqualificação do comunismo apareceu de várias formas, sendo a crítica religiosa a mais presente no jornal católico, uma vez que era inaceitável a vertente laica/ateia do comunismo. Para isso, baseou-se na crítica à orientação marxista do comunismo, mais particularmente quanto a sua vertente soviética.

A presença de editoriais sobre a realidade de países comunistas também foi muito importante na construção da ideia anticomunista, visto que eram expostos diversos problemas que essas nações enfrentavam, como a fome e o autoritarismo. Posto isso, empenhava-se em mostrar como era o comunismo e os problemas que ele causava.

Portanto, a visão para a conjuntura nacional do período e o discurso de infiltração e mobilizações comunistas se tornaram fortes no governo de João Goulart, mesmo que nesse ponto o Voz Diocesana tenha se diferenciado dos jornais da grande imprensa, não colocando o então presidente como comunista, mas associando membros do governo ao comunismo.

Assim, o discurso anticomunista foi sendo enraizado à medida que a pauta se tornava recorrente no jornal, tendo o ano de 1963 como auge do anticomunismo no Voz Diocesana. Para tanto, o discurso de ameaça ao país e à democracia se tornava mais enfático, mobilizando e instrumentalizando o discurso do medo, da fome, da miséria e da ameaça aos valores cristãos.

Desta maneira, o combate ao comunismo legitimava o golpe civil-militar nas páginas do Voz Diocesana. Em sua retórica discursiva, o jornal católico apoiava os militares para assegurar a democracia do país, mesmo que ponderasse sobre as atitudes do novo governo, atentando-se para que focassem no progresso e não em vingança aos comunistas.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves (org). **A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

AQUINO, Maria Aparecido. **Censura, imprensa, Estado democrático (1968-1978) O exercício cotidiano da dominação e resistência: O estado de São Paulo e o Movimento**. Bauru: EDUSC, 1999.

BACELLAR, Carlos. **Fontes Documentais: Uso e mau uso dos arquivos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

CANCIAN, Renato. **Igreja Católica e Ditadura Militar no Brasil**. São Paulo, Claridade, 2011.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A Imprensa do Brasil**. São Paulo: Contexto. EDUSP, 1988.

FERREIRA, Jorge. **O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964**. IN: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Nunes (org.). O Brasil Republicano. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, vol. 3, pp. 343-404.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **A nova ‘velha história’: o retorno da história política**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, nº 10, 1992.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História do tempo presente: desafios**. Cultura Vozes, Petrópolis, v.94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000.

FICO, Carlos. **Versões e Controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Revista Brasileira de História, junho, número 047. São Paulo, vol.024, p.29-60.

LUCA, Tânia Regina de. **A grande imprensa na primeira metade do século XX**. In: LUCA, Tania Regina; MARTINS, Ana Luiza. (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, v. 1, p. 149-175.

LUCA, Tânia Regina de. **Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

NETO, Regina Beatriz Guimarães. **História e escrita do tempo: Questões e problemas para a pesquisa histórica**. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves, FERREIRA, Marieta Moraes (org) História do Tempo Presente. Rio de Janeiro. Editora: FGV, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Comunismo e anticomunismo sob o olhar da polícia política**. Locus (UFJF), v. 16, p. 17-27, 2010.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “perigo vermelho”**: O anticomunismo no Brasil (1917-1964), São Paulo, Perspectiva/FAPESP, 2000.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **O perigo é vermelho e vem de fora: o Brasil e a URSS**. Locus (Juiz de Fora), v. 13, p. 227-247, 2007.

REIS, Daniel Aarão. **A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista**. IN: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. 1ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 2014, pp. 11-29.

REIS, Daniel Aarão. **A gênese da ditadura (1961-1964)**. IN: REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e Democracia no Brasil: do golpe de 1964 à constituição de 1988*. 1ª de. Rio de Janeiro, Zahar, 2014, pp. 17-46.

JOSIANE DE PAULA NUNES - é professora no curso de História da Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Campanha. Atualmente é Doutoranda em História Social na Universidade de São Paulo (USP), graduada em História pela Universidade Federal de São João Del-Rei e mestra em História pela Universidade Federal de São João Del-Rei. É pesquisadora do Núcleo de Ensino Pesquisa e Extensão em História e Memória (NEPEHM). Tem experiência na área de História, com ênfase em História Latino-Americana e História do Brasil República, atuando principalmente nos seguintes temas: imprensa, representações políticas e ditaduras militares do Cone Sul.

MAYARA EDUARDA VIEIRA LEITE - é graduada em História pela Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Campanha. Realizou pesquisas na área da História do Brasil, com destaque para a História do Sul de Minas e da imprensa como fonte durante a ditadura civil-militar no Brasil.

O ANTICOMUNISMO

NO JORNAL CATÓLICO

“VOZ DIOCESANA”

no sul de Minas Gerais (1959-1964)

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

O ANTICOMUNISMO

NO JORNAL CATÓLICO

“VOZ DIOCESANA”

no sul de Minas Gerais (1959-1964)

-  www.arenaeditora.com.br
-  contato@arenaeditora.com.br
-  [@arenaeditora](https://www.instagram.com/arenaeditora)
-  www.facebook.com/arenaeditora.com.br